Segunda-Feira, 04 de Agosto de 2025

Disputa de terras e Bolsonaro: coronel acusado de participar da morte de Zampieri alega que única ligação com fazendeiro era política

Durante a primeira audiência de instrução e julgamento do Caso Zampieri, ocorrida nesta segunda-feira (22), o coronel do Exército, Etevaldo Caçadini, disse que sequer conhecia do advogado, e que sua única ligação com Aníbal Laurindo, fazendeiro que também é apontado como mandante da execução, era política.

“Nunca conheci. Não, nunca ouvi falar sobre ele (Zampieri) [...] Não, nossos (entre ele e Aníbal) assuntos eram da FAP e políticos. Eu falava com Aníbal frequentemente. Ele era uma pessoa muito engajada, politizada. A gente conversava muito, quase todos os dias, sobre política e FAP”, depôs Caçadini à Justiça, após ser questionado pela sua advogada, Sara Quinetti Pironi, sobre qual seria sua relação com Laurindo, que está sendo monitorado por tornozeleira eletrônica.

Sarah, por sua vez, afirmou que Caçadini só está preso preventivamente porque é apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A defesa do fazendeiro Laurindo, afirmou que os dois mil reais que ele transferiu ao coronel Etevaldo Caçadini teve objetivo de ajudar a financiar passeatas em favor do ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro.
A transferência em questão foi justamente uma das provas colhidas pelas autoridades policiais para mostrar a ligação entre eles no suposto objetivo de matar Zampieri.

Aníbal foi preso temporariamente em abril, e solto no mesmo dia, após audiência de custódia. Foi colocado em liberdade provisória mediante o cumprimento de medidas cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica, e também teve seu passaporte e registro de Colecionador, Atirador Desportivo (CAC) suspensos.

No pedido de substituição da prisão temporária por medidas cautelares, acatado pela justiça, a defesa de Aníbal sustentou que os R$ 2 mil que ele transferiu via pix à Caçadini ocorreu no contexto das manifestações pró-Bolsonaro.

Conforme as autoridades policiais informaram, Aníbal e Caçadini se conheceram no grupo chamado "frente ampla patriota", de apoio a Bolsonaro.

Lá, Aníbal teria confidenciado que tinha o desejo de matar Zampieri porque acreditava que o jurista tinha uma suposta influência no alto escalão no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT). Assim, perguntou ao coronel se conhecia alguém que pudesse cometer o crime.

"Eles iam para frente de quartéis, pedindo uma ação mais enérgica do exército em prol do conservadorismo",

explicou o delegado Nilson Farias, da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), que está à frente do caso.

A autoridade policial ainda explicou que uma disputa agrária envolvendo terras de valores milionários, na cidade de Paranatinga (384 km de Cuiabá), poderia ter motivado a morte do advogado.

Segundo Farias, o irmão de Aníbal teria perdido uma terra na cidade para um cliente de Zampieri. Por medo de também perder uma terra, o fazendeiro teria pedido a intervenção de terceiros.

“Teve uma reintegração de posse em desfavor do irmão do Aníbal e, no momento da reintegração, na execução de sentença, também entrou em discussão a terra do Aníbal”, explicou o delegado.

“Ele entrou com uma intervenção de terceiros alegando que a terra dele não tinha nada a ver com aquela disputa do seu irmão”, acrescentou Farias.

Ainda de acordo com o delegado, as provas técnicas reunidas durante as investigações apontam para a ligação entre o fazendeiro e os demais investigados. Para Nilson, Aníbal seria o tal homem com sotaque italiano apontado durante o depoimento de Antônio Gomes da Silva, o pistoleiro.

No entanto, para a defesa de Aníbal, a relação entre eles era somente no âmbito político, cujas ideias e pensamentos eram harmoniosos em apoio ao ex-presidente.

“Além das ideias e do posicionamento político, o Sr. ANIBAL também contribuía no intento do grupo com pequenas contribuições para custear os atos e as passeatas democráticas e pacificas, motivo pelo qual solicitou para sua esposa – Sra. ELENICE - a transferência da irrisória quantia de R$ 2.000,00, para um dos organizadores: coronel Caçadini”, sustentou a defesa no pedido.

Fonte: Olharjuridico.com.br